



INTERLOCUÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS CATÓLICOS DE CAMPONESAS BRASILEIRO E EQUATORIANO FRENTE A POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

INTERLOCUTIONS BETWEEN THE BRAZILIAN AND ECUADORIAN CATHOLIC
PEASANT MOVEMENTS REGARDING ENVIRONMENTAL PUBLIC POLICIES

Neusa Schnorrenberger*

Rosângela Angelin**

Resumo: Historicamente as mulheres do campo são profundas conhecedoras de uma sabedoria tradicional voltada ao cuidado, o que acaba por abranger o cuidado do meio ambiente natural, cuidados estes que refletem na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, os movimentos de mulheres do campo têm se organizado em prol da tutela ambiental. Frente ao exposto, a pesquisa empírica qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e observações, assim como em documentos e legislações, volta-se para vislumbrar as interlocuções de ações e de políticas públicas voltadas a tutela do meio ambiente no contexto de lutas de movimentos de camponesas com base católica: Movimento das Mulheres Camponesas (Brasil) e Organização de Mulheres Santa Marta (Equador). O estudo demonstra diferenças culturais e estruturais, ao mesmo tempo que aponta semelhanças entre os movimentos, em especial, na preocupação e promoção de ações de tutela ambiental, por meio de políticas públicas e também de investimentos de instituições. Destaca-se que, a nível de demandas dos movimentos, o MMC, em comparação a OMST tem positivado mais direitos, enquanto as camponesas equatorianas ainda buscam direitos primários. Sobretudo, destaca-se a força e determinação destes movimentos em promover um meio ambiente equitativo em todas as suas formas.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Organização de Mulheres Santa Marta (OMSM). Políticas públicas ambientais. Segurança alimentar.

* Doutora em Direito. PPGDireito URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. E-mail: neusaschnorrenberger@aluno.santoangelo.uri.br

** Pós-Doutora em Teologia. Doutora em Direito. PPGDireito URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. E-mail: rosangela@san.uri.br



Abstract: Historically, rural women are deeply knowledgeable of a traditional wisdom focused on care, which ends up encompassing the care of the natural environment, care that reflects on the guarantee of an ecologically balanced environment. In this sense, rural women's movements have organized themselves in favor of environmental protection. In view of the above, the qualitative empirical research, carried out through semi-structured interviews and observations, as well as in documents and legislation, focuses on glimpsing the interlocutions of actions and public policies aimed at the protection of the environment in the context of struggles of peasant movements with a Catholic base: Movimento das Mulheres Camponesas (Movement of Peasant Women, Brazil) and Organização de Mulheres Santa Marta (Santa Marta Women's Organization, Ecuador). The study demonstrates cultural and structural differences, while pointing out similarities between the movements, especially in the concern and promotion of environmental protection actions, through public policies and also investments by institutions. It is noteworthy that, in terms of the demands of the movements, the MMC, compared to the OMST, has positive more rights, while Ecuadorian peasant women still seek primary rights. Above all, the strength and determination of these movements to promote an equitable environment, in all its forms, is highlighted.

Keywords: Peasant Women's Movement (MMC). Santa Marta Women's Organization (OMST). Environmental public policies. Food security.

INTRODUÇÃO

As mulheres do campo são profundas conhecedoras de uma sabedoria tradicional repassada por gerações, a qual envolve, em especial, o cuidado com a terra, com as plantas usadas para a cura de doenças e com as sementes, cuidados esses que refletem na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Todavia, é importante se ter o cuidado de não adentrar ao essencialismo dessa relação, a fim de não naturalizar o trabalho reprodutivo invisibilizado nos contextos da vida privada das mulheres. Compete salientar que a proximidade entre as mulheres e o meio ambiente natural é uma construção social de cuidado com todas as formas de vida¹.

Assim, com o intuito de conhecer as interfaces entre movimentos de camponesas do Brasil e do Equador, é que se desenvolve esse estudo. Muito embora cada um dos países tenha sido colonizado por povos europeus distintos, com costumes e culturas específicas, ambos guardam uma característica em comum, a qual diz respeito aos movimentos de camponesas pesquisados neste estudo: ambos têm acompanhamento da Igreja Católica, ligada a Teologia da Libertação, uma corrente da igreja de atuação pastoral voltada aos povos oprimidos da América Latina. Outra

¹ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da Revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

característica em comum é que as mulheres desses movimentos cultivam produtos agrícolas semelhantes e, geograficamente, pertencentes a regiões litorâneas, com cultivo, preferencialmente, sem uso de agrotóxicos. Se faz salutar, ainda, apontar que as Constituições de ambos os países (Brasil-1988 e Equador-2008) introduziram o respeito ao meio ambiente ecológico e, de certo modo, a integralidade dos seres vivos numa perspectiva de desenvolvimento sustentável sistêmico. Assim, a pesquisa volta-se para vislumbrar as interlocuções de ações e de políticas públicas voltadas a tutela do meio ambiente, no contexto de lutas de movimentos de camponesas com base católica, atuantes no Brasil e no Equador.

O caminho metodológico utilizado para a pesquisa empírica² que ocorreu em 2021, envolveu a escolha do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Organização de Mulheres Santa Marta (OMSM), localizada em San Isidro, província de Manabí (Equador). Por indicação de lideranças do MMC e da OMSM foram escolhidas 52 (cinquenta e duas) camponesas integrantes dos movimentos, bem como lideranças e autoridades dos mesmos³.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e observações realizadas no convívio com os grupos, as quais foram registradas em Diários de Campo. O método de abordagem foi o qualitativo e também se realizou pesquisas em obras, fontes doutrinárias e de legislação constitucional e infraconstitucional, análise documental, atas, produções informativas e formativas (cadernos) e listagem de políticas públicas acessadas.

Frente ao exposto e, para atender ao objetivo central desse artigo, o mesmo ocupa-se em, num primeiro momento, contextualizar o MMC (Brasil) e a OMSM (Equador), envolvidos na pesquisa, para então, à luz dos ecofeminismos, discorrer sobre as interlocuções das políticas públicas de cada país, com as demandas de lutas do MMC e da OMSM, denotando avanços e desafios de cada grupo.

² A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Instituição de Ensino Superior envolvida, por meio da Plataforma Brasil, obtendo a aprovação pelo CEP sob o parecer nº 5.085.931.

³ Critérios para eleger as participantes: a) estar ativa no Movimento Social a que pertence; b) ser do sexo feminino; c) ter alguma identificação com a linha teórica ecofeminista; d) ter acessado alguma política pública por meio do Movimento no qual esteja inserida; e) ter capacidade cível conforme a lei brasileira; f) ter a anuência da pessoa para participar da pesquisa, expressa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) BRASIL E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES SANTA MARTA (OMSM) EQUADOR

Os movimentos de mulheres camponesas, por meio de suas integrantes, têm sido como centelhas de luz que ora iluminam, ora incendeiam o mundo em busca do devido reconhecimento identitário, como mulheres, seres humanas, parte integrante e ativa da sociedade, que buscam serem vistas e respeitadas. Nesse sentido, Axel Honneth pauta que, diante de conflitos, os quais ameaçam, retiram ou ferem direitos, as pessoas partem para a busca de reconhecimento identitário social e jurídico, perpassando pela seara da coletividade, como acontece com as mulheres do campo que se unem em solidariedade⁴. Junto a isso, a história dessas mulheres também apresenta pautas voltadas para a redistribuição de renda de forma justa e equitativa. Por sua vez, Nancy Fraser ensina que, havendo a redistribuição de renda, as mulheres mudam de *status* social, alcançam reconhecimento e, por conseguinte, passam a participar ativamente das decisões da sociedade⁵. Para alcançar reconhecimento identitário e redistribuição de renda, movimentos de mulheres, entre eles, o MMC (Brasil) e a OMSM (Equador) têm se mobilizado, criado alternativas, executado políticas públicas e transformado realidades.

Historicamente, no Brasil, o movimento das mulheres que vivem no campo surge nos anos 1980, por meio de diferentes movimentos em distintos Estados brasileiros. A luta foi motivada pela busca de reconhecimento econômico e identitário, por direitos trabalhistas e previdenciários, acesso à documentos pessoais de identificação e, ainda, por uma maior participação política nas instituições⁶. Em 1983, camponesas do norte dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina participaram, organizada e ativamente, das mobilizações do processo Constituinte que demarcou a retomada da

⁴ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

⁵ FRASER, Nancy. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era 'postsocialista'. In: FRASER, Nancy; GAMUNDÍ, María Antonia Carbonero; VALDIVIELSO, Joaquín (Coords.). *Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización*. Palma de Mallorca: Edicions Uib, 2011. p. 217-254.

⁶ JORNADA da Via Campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos. *La Via Campesina*, 08 mar. 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/-index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>. Acesso em: 23 out. 2022.

democracia no país, constituindo, nesse momento, a Organização das Mulheres da Roça⁷.

Em âmbito nacional, o MMC é resultado da união de diversos movimentos sociais de mulheres do campo⁸. Nesta senda, a “mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família.” São as “agricultoras, arrendatárias, meeiras, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas”, e abrangem etnias variadas: “mulheres índias, negras, descendentes de europeus.” Por conseguinte, o MMC é a soma de experiências e vivências por meio da participação política das camponesas⁹.

A trajetória de luta e organização desse movimento foi construída junto a mística religiosa da Teologia da Libertação e, intrinsecamente, dos aportes da corrente ecofeminista espiritualista do terceiro mundo¹⁰, enraizada na luta popular, feminista e libertadora, expressa no projeto popular que articula a transformação das relações sociais de gênero e classe e, ao mesmo tempo, da mudança nas relações com a natureza¹¹. A Teologia da Libertação, com tendência libertária, desenvolve-se na perspectiva de uma necessidade libertadora dos estereótipos femininos e masculinos, a fim de que esses se comprometam às responsabilidades sem hierarquia entre gêneros, priorizando um modo de vida mais igualitário nas relações humanas, com a natureza e nas relações de poder¹². Por conseguinte, a relação entre mulheres camponesas, meio ambiente natural e mística religiosa gera o que Alícia Helda Puleo teoriza como

⁷ CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres: resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 86-132. A organização das camponesas tem sido dividida em grupos distintos por regiões e/ou por organizações sindicais. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. *História*. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

⁸ Camponesas são “agricultoras, arrendatárias, meeiras, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas”, e abrangem etnias variadas: “mulheres índias, negras, descendentes de europeus.” MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL, 2022.

⁹ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL, 2022.

¹⁰ “*Ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo*: Teve origem nos países do sul, tendo a influência dos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina. Esta tendência afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e centralização do poder [...]. Além disso, atribui ao princípio da cosmologia a tendência protetora das mulheres para com a natureza”. PULEO, Alícia H. Feminismo y Ecología. *El Ecologista*, [S.l.], v. 1, n. 31, p. 1-4, 2002. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_-_ECOS/10/feminismo_y_ecologia.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

¹¹ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL – MMC RS. *Resoluções da 6ª Assembleia do MMC – RS*. Passo Fundo: Battistel, 2005.

¹² GEBARA, Ivone. *Filosofia feminista: uma brevíssima introdução*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.



Ecofeminismo Espiritualista do Terceiro Mundo – com origens nos princípios de Ghandi e da Teologia da Libertação Latino-Americana – destacando que a origem da violência contra as mulheres e o meio ambiente natural se forja pelas relações patriarcais e de centralização de poder nas mãos dos homens. Por sua vez, essa forma de ecofeminismo tende a relacionar os ciclos dos corpos das mulheres com os ciclos da mãe terra, princípio este que gera uma cosmovisão mística da relação e que levaria as mulheres a uma tendência natural de proteção da natureza¹³.

Interessante destacar que Puleo, ao analisar os ecofeminismos de corrente clássica e espiritualista, propõe um outro olhar, apresentando o “ecofeminismo construtivista”, o qual se reconhece a relação profunda entre as mulheres e o meio ambiente natural, não como características próprias do sexo feminino, mas como construções sociais no decorrer da humanidade que as aproximaram da natureza. Também a autora reconhece a importância da corrente espiritualista frente ao potencial da mística espiritualista para mobilizar as mulheres em torno de pautas ambientais¹⁴. Neste sentido, pode-se afirmar que a mística do MMC encontra razão de ser no desejo de justiça e felicidade, responsável por animá-las na luta, no trabalho de base e na prática refletida coletivamente pelas mulheres organizadas nos grupos. De acordo com uma participante da pesquisa, a mística deve valorizar e reconstituir uma cultura humana que acolhe, transforma e cuida da vida¹⁵.

Como as mulheres todas, essas camponesas estão envoltas a relações patriarcais, manifestas de forma bastante incisiva no espaço rural. Porém, a história demonstrou um cenário muito combativo construído por elas, por meio, especialmente, de movimentos de mulheres do campo. A primeira conquista alcançada por tais movimentos foi a possibilidade de as mulheres saírem da invisibilidade como trabalhadoras, em 1988, quando foram reconhecidas juridicamente como trabalhadoras, pois, até então, eram consideradas apenas como “do lar” ou “domésticas”.¹⁶

Por meio de conquistas jurídicas e acesso às políticas públicas governamentais, elas passaram a ser sujeitas de direitos, de modo que seguem trabalhando em forma de organizações coletivas, não somente nos movimentos de mulheres, mas, também, se

¹³ PULEO, 2002.

¹⁴ PULEO, 2002.

¹⁵ Participante MMC nº 4.

¹⁶ CONTE; MARTINS; DARON, 2009.

envolvem com outras organizações ligadas ao meio rural¹⁷. Destaca-se que, em março de 2004, foi realizado o 1º Congresso Nacional do MMC Brasil, consolidando o MMC Brasil e afirmando que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta.”¹⁸ Além das demandas relacionadas com questões de justiça de gênero, o MMC trabalha fortemente com perspectivas ambientais. Assim, o grupo do MMC, da região litorânea do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), que faz parte desta pesquisa, abrange em torno de vinte e três grupos, em distintos municípios. Contudo, as integrantes têm maior presença no município de Três Cachoeiras. Juridicamente, as integrantes do MMC estão amparadas por um Estatuto de Associação, que tem sede em Três Cachoeiras/RS e englobam também algumas mulheres urbanas¹⁹.

Por fim, frente a breve apresentação do MMC, cabe ressaltar que o movimento possui um olhar bastante aprofundado nas questões de reconhecimento identitário frente ao patriarcado e, ao mesmo tempo, na luta por redistribuição de renda. Sua missão é labutar para que todas as mulheres trabalhadoras possam estar libertas de todos os tipos de opressão, fortalecendo as mulheres como protagonistas de suas histórias. E seguem, ampliando a perspectiva de sua atuação como movimento, quando afirmam que “nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza.”²⁰

Já, a Organização de Mulheres Santa Marta (OMSM), encontra-se localizada no Equador, na paróquia rural²¹ de San Isidro, na província litorânea de Manabí, cuja costa é banhada pelo Oceano Pacífico, espaço de sustentabilidade ecológica, zona úmida e fértil, mas que também vem sendo afetada pelas mudanças climáticas, evidenciadas, principalmente, nos períodos de secas e de escassez de água. Importante destacar que a formação jurídica da OMSM é denominada de “Associação de Mulheres Santa Marta”, a qual tem como objetivos formular e gerir os projetos propostos em assembleia geral, coordenar ações de intervenção social com a Arquidiocese de Portoviejo, encaminhar a promoção do desenvolvimento local em Manabí, promover o desenvolvimento integral das mulheres que lá vivem e, ainda, promover todos os objetivos que a Organização se proponha no marco do desenvolvimento local. Para auxiliar na apresentação, solicitação

¹⁷ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL, 2022.

¹⁸ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL – MMC RS, 2005, p. 3.

¹⁹ ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. *Associação de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas da região litorânea*. Três Cachoeiras, 2018.

²⁰ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL – MMC RS, 2005, p. 8.

²¹ Paróquia rural é a denominação dada a organização comunitária da Igreja Católica.

e administração de fundos provenientes de finanças externas, foi criada a “Fundação Santa Marta”. Ambas foram criadas juridicamente em 2002, apesar de suas atividades práticas ocorrerem desde a década de 1990 e representam uma parcela do desenvolvimento institucional da OMSM e, por conseguinte, fazem parte do desenho, coordenação e execução de projetos emanados da Rede Manabí, a qual a OMSM integra atualmente²².

As condições estruturais e culturais em relação ao meio ambiente natural das mulheres da OMSM são bastante distintas das camponesas do MMC, destacando-se, neste momento, a cultura do desmatamento, seguida por práticas agrícolas baseadas no uso de agrotóxicos – mesmo que ainda de modo incipiente (este cenário foi registrado no Brasil, precocemente, já na década de 1950), pela exploração de gado, contaminação dos rios por animais, pela prática de lavar roupas nesses espaços e o despejo de esgotos domésticos²³. Falta acesso à água potável, obrigando as mulheres participantes e sua prole, que residem em locais mais montanhosos, a buscar água em locais distantes de suas casas durante os períodos de estiagem prolongada²⁴. Aponta-se, ainda, que a agricultura no local se desenvolveu, em grande parte, de forma rudimentar, sem grandes aplicações tecnológicas e o processo da produção agrícola é feito de forma coletiva e manual pelos familiares/vizinhos²⁵.

Nos últimos anos, é crescente o esforço por um maior desenvolvimento rural, inclusive, na província de Manabí, onde vivem as camponesas que participam da pesquisa, cujas áreas de lavouras foram incrementadas com o sistema de produção orgânica, e alcançaram 3.427 hectares, em 2018. O aumento da área destinada à agricultura orgânica deve-se ao fato de os produtores terem se associado para buscar a certificação orgânica de agroqualidade e criar empreendimentos com os produtos que colhem²⁶.

²² GONZÁLEZ, Luis Padilha. Centro de acopio. In: GONZÁLEZ, Luis Padilha. *Pasos de mujer en busca de la libertad y los derechos de las mujeres ecuatorianas*. Recopilación de la experiencia de lucha de la Organización de Mujeres Santa Marta. Manabí: Asociación Manabí, 2006.

²³ FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. Prática de lavar roupa no rio. In: FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. *Infancia Plena*. Historias de los niños y las niñas de San Isidro. San Isidro: Gertu Inprimategia/Oñati/Gipuzkoa, 2019.

²⁴ DIÁRIO DE CAMPO, 2021. Conforme autorização da pesquisa sob o parecer nº 5.085.931.

²⁵ Participante OMSM nº 3.

²⁶ ESPINOSA, María Victoria. Manabí (Equador) dedica mais área à agricultura biológica. *Rede de Agricultura Sustentável (RAS)*, Manabí, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.agrissustentavel.com/san/agricultura-biologica-manabo.html>. Acesso em: 17 dez. 2022.



Frente a breve contextualização, se faz salutar mencionar que as camponesas ligadas ao OMSM apresentam demandas de reconhecimento de direitos primários, como o acesso à documentação pessoal, desenvolvimento agrícola e redistribuição de renda; tudo, ainda, de forma incipiente – ao contrário do MMC brasileiro, que já passou por essa fase, em tempos mais remotos. Destaca-se, ainda, que as mulheres do campo equatorianas vivem em espaços ecológicos naturais, sem tanta pressão do capitalismo agrícola, dos grandes monocultivos e suas consequências. O que une ambos os movimentos tem sido a luta pela emancipação das mulheres – o poder da fala e de se fazerem ouvidas – o rompimento do patriarcado e a luta pelo meio ambiente ecológico, que tem influenciado e incidido na criação de políticas públicas e leis voltadas para esses fins.

AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DE LUTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (BRASIL)

O perfil das mulheres camponesas de ambos os movimentos estudados demonstra sua importância na agricultura familiar e rural, pois, são elas as maiores responsáveis por produzir alimentos destinados, em especial, ao autoconsumo familiar. Além disso, são as mulheres que realizam práticas agroecológicas e reprodução de diversas sementes crioulas, garantindo maior qualidade de vida à família e à comunidade social donde vivem. Leonardo Boff destaca o importante papel da agricultura para a vida da humanidade, voltando-se, especialmente, para as mulheres. Segundo ele, “não haverá seguridade alimentar sem as mulheres agricultoras, se não lhes for conferido mais poder de decisão sobre os destinos da vida na Terra.”²⁷ As mulheres mantiveram, historicamente, uma relação muito forte com a agricultura e compreendem melhor a necessidade da proteção da biodiversidade e do meio ambiente como um todo. Índícios arqueológicos que remontam as descobertas dos primeiros cultivos da terra levam a crer que a agricultura foi criada pelas mulheres, a partir da tarefa que lhes cabia na coleta de alimentos. Por meio disso, puderam “observar os fenômenos naturais da sementeira e

²⁷ BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível: comer e beber juntos e viver em paz*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. v. III. p. 28.

da germinação. Era normal que ela tentasse reproduzi-los artificialmente.”²⁸ No mesmo sentido, Riane Eisler pondera que:

Tal dedução é reforçada ainda pelos inúmeros mitos religiosos antigos que explicitamente atribuem a invenção da agricultura à Deusa. Os documentos egípcios, por exemplo, referem-se insistentemente à Deusa Ísis como inventora da agricultura. Nas tábuas mediterrâneas, a Deusa Ninlil é reverenciada por ensinar seu povo a cultivar o solo. Tanto na arqueologia como na mitologia, há numerosas associações não-verbais que ligam a Deusa à agricultura.²⁹

Assim, é importante reconhecer o papel das mulheres como parte do trabalho produtivo de autoconsumo, bem como os avanços alcançados por elas no manejo apropriado dos recursos naturais em prol da segurança alimentar. No sentido da tutela ambiental e do desenvolvimento sustentável, o MMC tem sido um dos grandes promotores de cursos e formações na temática da agroecologia direcionados ao público feminino³⁰. Nesse sentido, o MMC promove anualmente a Feira da Biodiversidade, realizada em Três Cachoeiras/RS, na região litorânea gaúcha, e forma parcerias como com o Centro Ecológico. A feira agroecológica oportuniza a troca de sementes e de variedades tradicionais de plantas, além do intercâmbio de experiências com a terra, conhecimentos agroecológicos e a venda desses produtos diretamente ao consumidor³¹.

Destacam-se, ainda, a promoção de cursos, oficinas de educação ambiental, “de formação em práticas integrativas para o Ser Integral, de uso e processamento de plantas medicinais, bem como fomentar a pesquisa nestas áreas.”³² Outro importante espaço no campo da agroecologia é o ocupado pelo MMC junto à Rede Ecovida³³, uma

²⁸ BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 60.

²⁹ EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*. Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. p. 121.

³⁰ Participante Liderança MMC nº 2.

³¹ Participante Liderança MMC nº 5.

³² ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO, 2018, p. 1.

³³ A Rede Ecovida, criada 1998, está presente especialmente nos estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). As famílias camponesas inseridas na lógica da Rede Ecovida de Agroecologia, devem manter-se envolvidas em perenes processos pedagógicos, além de buscarem anualmente pela certificação anual de produção orgânica. Em 2003 ocorreu a regulamentação da produção de alimentos orgânicos, sem o uso de produtos químicos. BRASIL. *Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em: 15 dez. 2022. Ainda há o estímulo por uma organização das famílias e pela observância de equidade de gênero nessas relações e, incentivando transformações e beneficiamentos comunitários de alimentos. REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Sobre*. 2018. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 15 dez. 2022. Inclusive, quando existe a denúncia de homens agressores dentro da Rede Ecovida, eles perdem a certificação, e isso torna visível (pública) a violência de gênero ocorrida dentro de uma propriedade e, assim, não pode existir agroecologia com violência (Participante autoridade brasileira nº 3).



rede fomentadora da produção, comercialização e certificação orgânica de alimentos. O MMC vem desenvolvendo e implementando, há alguns anos, noções sobre cuidado ambiental e agroecológicos, inclusive com as crianças e adolescentes. Muitos deles, hoje, já são jovens e ambicionam dar continuidade ao trabalho outrora iniciado por seus pais e mães. Para isso, optaram por permanecer na propriedade, produzindo agroecologicamente e transmitindo os conhecimentos transgeracionalmente³⁴.

O MMC da região litorânea tem participado de importantes programas governamentais e outros com parcerias internacionais, sempre viabilizando o trabalho como movimento social. O destaque foi o subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), o qual foi desafiado a demonstrar, por meio de experiências inovadoras, uma efetiva possibilidade com bases socioambientais e com estratégias promotoras ao desenvolvimento sustentável. Os aprendizados advindos das novas experiências estimularam a proposição de políticas públicas contributivas na propagação e inclusão delas em outras comunidades, organizações e instituições públicas³⁵. O MMC ingressou no projeto PDA em 2005 e o executou até o ano de 2009, contando com a colaboração de todas as integrantes e suas famílias, sendo uma das principais atividades desenvolvidas no período. O principal critério para acessar o PDA foi a inserção feminina em movimento social e estarem compreendidas em uma localização geográfica com resquícios de cobertura de vegetação do tipo Mata Atlântica.

O MMC criou e colocou em prática o “Projeto Firmando Passos em Defesa da Vida”³⁶. Após a implementação do projeto inicial, ocorreram novos projetos, como o “Potencializando Sonhos Preservando a Vida”, com a finalidade de recompor as matas ciliares e, ainda, contribuir para uma melhora na saúde ambiental local e regional³⁷. Além

³⁴ Participante MMC nº 5.

³⁵ O PDA é o resultado das negociações entre o governo brasileiro, organismos de cooperação internacional, redes de ONGs e os Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA). Oriundo do então Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), teve como principal apoiador a Cooperação Internacional Alemã. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/sociobiodiversidade>. Acesso em: 27 nov. 2018.

³⁶ Com recursos econômicos oriundos do PDA, o MMC adquiriu uma casa para a sede do Movimento no Litoral Norte, além de um carro, uma bicicleta, computadores, fogão industrial, utensílios e aparelhamentos domésticos, material de construção para reforma, além da cobertura de todos os gastos fixos mensais da sede. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Memória de Cálculo*. In: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Projeto firmando passos em defesa da vida*. 2005.

³⁷ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DA REGIÃO LITORÂNEA. *Mutirão de recuperação das Matas Ciliares*. Álbum de fotografias, 2008.



disso, foram realizadas iniciativas que abarcam a segurança e a soberania alimentar por meio dos alimentos produzidos pelas integrantes do MMC e dispostos na mesa de cada família, além do cuidado e preservação com as ervas medicinais, muitas delas encontradas na Mata Atlântica³⁸. Nesse sentido, o MMC atua em várias áreas políticas e sociais, ao mesmo tempo em que abriga vinte e três grupos de mulheres que trabalham de forma organizada com plantas medicinais, por meio das “Farmacinhas Comunitárias”. Nesses locais, as chamadas “Bruxinhas de Deus” (as camponesas que trabalham com as ervas medicinais)³⁹ promovem ações direcionadas à saúde da mulher e de suas famílias⁴⁰. O trabalho desenvolvido nas Farmacinhas envolve quatrocentas mulheres e, de modo indireto, beneficia mil e quinhentas pessoas⁴¹. Além disso, o hábito de recorrer aos fitoterápicos fez o poder público municipal diminuir seus gastos com os medicamentos convencionais⁴².

Na esteira da conjectura acima apresentada, o MMC esteve voltado a implementar e desenvolver diversos projetos, alguns de menor vulto econômico, mas, nem por isso, menos importantes, pois também potencializaram e empoderaram as integrantes do Movimento. Os projetos realizados foram: a) Projeto “Cuidar da Natureza Garantir a Vida”, realizado em 2010, o qual incrementou atividades de formações e encontros das mulheres “com o objetivo de conscientizar a todos (as) da importância da preservação ambiental, cuidando da terra, da água, do lixo, bem como a produção de alimento saudável para as famílias da roça e da cidade”⁴³; b) Projeto “Rede Solidária em Defesa da Vida”, tendo como foco a formação e capacitação das mulheres para a efetivação de seus direitos, superação de vulnerabilidade econômica e geração de

³⁸ CADERNO. *Potencializando sonhos preservando a vida*. Três Cachoeiras/RS: Gráfica Três Cachoeiras, 2008.

³⁹ As integrantes do MMC também são conhecidas como “Bruxinhas Serra e Mar” (Participante Líder nº 5). Sobre as expressões adotadas para as mulheres integrantes do Movimento de camponesas, a participante líder narra a história: “na época em que se formou a nova diocese católica de Osório/RS, o então bispo me solicitou para não mais falar em Bruxinhas de Deus, e inclusive companheiras da coordenação do MMC me solicitaram isso também com medo do bispo. Me neguei a seguir a orientação do bispo, porque eu acho que temos que devemos falar sobre, precisamos resgatar o que a Igreja fez com essas mulheres do passado. E nós estamos tentando resgatar o que a Igreja fez com as antigas companheiras.” (Participante Liderança MMC nº 5).

⁴⁰ CADERNO. *História das farmacinhas do litoral norte do RS: espelho das lutas do movimento de mulheres camponesas*. Centro Ecológico: apoio S.H.S.R.E Agriculture Foundation/Canadá, 2017.

⁴¹ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Implantação do projeto de recuperação da mata ciliar com espécies de interesse medicinal: plantando o futuro para as gerações que virão*. Uma experiência do MMTR região Litorânea. Três Cachoeiras, 2003.

⁴² Participante Liderança MMC nº 1.

⁴³ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Projeto cuidar da natureza garantir a vida*. 2009. (arquivo MMC Litoral Norte do RS).



renda⁴⁴; e c) o Projeto “Formar para Transformar”, com a promoção de encontros, formações e oficinas práticas ao longo de 2005. O Projeto Formar para Transformar contou com o apoio do Fundo de Miniprojetos da Região Sul, da Fundação Luterana de Diaconia, além de ter colaborado com o projeto a entidade religiosa alemã *Missionzentrale der Franziskaner*⁴⁵.

Por fim, o MMC trabalha a educação ambiental para crianças e jovens voltada a uma mudança cultural também significativa. Atualmente, essa mudança é palpável, pois as crianças de ontem que receberam a formação em educação ambiental, são os jovens e os adultos de hoje que continuam o trabalho com o manejo ecológico em suas propriedades. O cuidado com a manutenção das sementes originárias e com a diversidade vegetal local por meio da Feira da Biodiversidade, realizada anualmente pelo MMC em parceria com o Centro Ecológico, demonstra o cuidado e comprometimento com as futuras gerações, com o dever ambiental intergeracional de legarem uma natureza melhor do que a recebida pelos seus antecessores. Tudo isso vem apontando para uma intrínseca relação com o ecofeminismo, o qual promove a autonomia feminina, trabalhada pela Teologia da Libertação nos países considerados de terceiro mundo ou subdesenvolvidos, por meio da natureza ecológica⁴⁶.

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES SANTA MARTA (EQUADOR) E A EXECUÇÃO DE PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE

A Organização de Mulheres Santa Marta (OMSM), durante sua caminhada em prol de uma vida mais digna para as camponesas e suas famílias, num ambiente estrutural diferente das camponesas brasileiras, realizam ações e projetos com fomentos nacionais, mas, em especial, estrangeiros. Frente as dificuldades de acesso à água, a OMSM desenvolveu, entre 1998 e 1999, o Plano Esperança (Corporação Andina de Fomento) de distribuição de água potável no povoado de La Pila. No ano 2000, reforçaram o desenvolvimento da perfuração de poços de água potável nas comunidades de La Florida e El Retiro, propiciando acesso facilitado e de qualidade à

⁴⁴ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Relatório final*. Projeto rede solidária em defesa da vida. 2010/2011. (Arquivo MMC Litoral Norte do RS).

⁴⁵ MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Projeto formar para transformar*. n. 134, 2004. (Arquivo MMC Litoral Norte do RS).

⁴⁶ DIÁRIO DE CAMPO, 2021.



água⁴⁷. Nos anos subsequentes, a demanda continuou a crescer e, em 2010, foram aportados recursos advindos das parcerias do governo de Navarra, da Associação Manabí/Pamplona e da Associação Manabí/Madrid, em apoio ao projeto Construção de poço de água na comunidade de La Cruz, além de redes de distribuição⁴⁸.

Após identificadas as necessidades das mulheres camponesas e suas famílias, a Organização de Mulheres Santa Marta desenvolveu outros projetos, entre eles o reforço ao sistema sanitário e ambiental com a destinação e construção de duzentos banheiros sanitários em Santa Marianita e Pacoche, realizada em 1994. Entre 1999 e 2001, foram destinados novos recursos econômicos para a continuidade e execução de mais projetos fitossanitários em diferentes povoados manabitas, conforme mencionado⁴⁹.

A OMSM apresenta, de forma contundente, a preocupação com o meio ambiente natural em que estão inseridas as participantes e, no ano de 1998, em parceria com o ente financiador privado *Trocaire*, desenvolveram um projeto de reflorestamento das áreas identificadas como mais sensíveis⁵⁰. Uma participante corrobora com o tema, afirmando que se deve “*preservar a floresta, pois dela é comum retirar as ervas para os chás que curam os males do corpo.*”⁵¹ Inclusive, o artigo 408 da Constituição do Equador de 2008, versa que “o Estado garantirá que os mecanismos de produção, consumo e uso dos recursos naturais e da energia preservem e recuperem os ciclos naturais e permitam condições de vida com dignidade.”⁵²

A implementação de um modelo de agricultura de base ecológica também está vinculada à conscientização dos camponeses, “que passam a optar pelo melhor e não pelo mais fácil e pelo limitado acesso da maioria dos agricultores aos insumos

⁴⁷ GONZÁLEZ, 2006.

⁴⁸ ASOCIACIÓN MANABÍ. Construção de poços de água e redes de distribuição. In: ASOCIACIÓN MANABÍ. *20 años promoviendo la solidaridad entre los pueblos del mundo*. Memória de actividades. 2016. Disponível em: <https://cdn.website-editor.net/bb0e4e8f50b544e587603f75afe4a030/files/uploaded/Memoria%2520de%2520actividades%25201996-2016-reducida.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

⁴⁹ GONZÁLEZ, 2006.

⁵⁰ GONZÁLEZ, 2006.

⁵¹ Participante OMSM nº 4. No original: “*preservar el bosque, ya que es común recolectar hierbas para infusiones que curan dolencias corporales.*”

⁵² No texto original: “*El Estado garantizará que los mecanismos de producción, consumo y uso de los recursos naturales y la energía preserven y recuperen los ciclos naturales y permitan condiciones de vida con dignidad.*” ECUADOR. *Nueva Constitución del Ecuador*. Ciudad de Alfaro, Montecristi: Asamblea Nacional República Del Ecuador, 2008. p. 107.



externos.”⁵³ Biofeiras passaram a ser promovidas, e os mercados locais introduziram os produtos orgânicos também em suas prateleiras. Atualmente, em Manabí, são dez cantões regionais que produzem orgânicos e, entre os cultivares, estão o “cacau, café, amendoim, mandioca, laranjas, tangerinas e, em menor grau, feijão, abóbora e feijão.”⁵⁴ Dos produtos mencionados, já foram criadas trinta novas marcas. As mulheres participantes equatorianas buscam produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos, os quais, segundo sua visão, prejudicam a integralidade de vida do ser humano. A produção sem o uso de agrotóxicos era o modelo de agricultura localmente predominante até então. Em Manabí, elas não utilizam expressamente o termo agroecologia, mas se concentram mais no termo “orgânico”, alimento “natural” ou alimento de “agroqualidade”. Entretanto, existe uma aproximação com o termo agroecologia pelas mulheres equatorianas⁵⁵.

Dentre as culturas agrícolas, o aroma do cacau manabita é a que mais tem avançado nos últimos cinco anos. São mil e duzentos hectares de terra com certificação orgânica e novas técnicas implementadas, tais como fertilização, água e oxigênio. O fator de melhor preço pago pelos quintais orgânicos foi decisivo para a ampliação na produção orgânica com as culturas livres de químicos. Além disso, os camponeses e camponesas agroecológicos criaram um projeto para resgatar o material genético de plantas centenárias e obter o sabor característico do cacau de Manabí: nessas culturas, os frutos são colhidos em meio a outras plantações (consórcio de plantas), o que permite que o sabor da fruta tenha toques frutados. Há cinco anos, o Ministério da Agricultura e Pecuária objetiva treinar um grupo de mil agricultores e agricultoras a recuperar as colheitas, e “só trabalha com bio-orgânico e facão.”⁵⁶

O comércio do café orgânico também é muito bem recebido. São aproximadamente seiscentos hectares de variedades do café tipo robusta e arábica em Manabí. O grão do café é processado na própria província e vendido através de seis empreendimentos locais em Manta, Chone, Bolívar, Pichincha e Portoviejo. Em Manta, o café da marca Pacoche é cultivado dentro de uma reserva ecológica de mesmo nome,

⁵³ OLIVEIRA, Adalberto de et al. Transição agroecológica: assentamentos Piratuba II e Laudenor de Souza/SP e Primeiro do Sul/MG. In: PALUDO, Conceição; THIES, Vanderlei Franck (Orgs.). *Desenvolvimento do campo em construção: experiências em assentamentos e comunidades camponesas*. São Leopoldo: CEBI, 2010. p. 169-196.

⁵⁴ ESPINOSA, 2019, s.p.

⁵⁵ DIÁRIO DE CAMPO, 2021.

⁵⁶ ESPINOSA, 2019, s.p.



a cem metros acima do nível do mar e circundado por oito praias. O processo para a obtenção de uma melhor qualidade no grão e rendimento da planta foi realizado por meio de apoio e assistência técnica, além do grão ser processado de forma natural, fermentado e secado ao sol⁵⁷.

As Organizações campestinas de Manabí e o governo também fomentaram a criação de feiras em nível nacional para a troca de conhecimentos e, em tais eventos, contaram também com a participação de produtoras de amendoim, que possuem cerca de trezentos hectares orgânicos. A chefe de cozinha e produtora orgânica Fanny Vergara, do povoado de Tosagua, em entrevista cedida a María Victoria Espinosa, relata que diversificou suas plantações orgânicas dentro de um hectare. A produção por ela cultivada é de amendoim, laranja, feijão, tudo orgânico. Com isso, Vergara visa estimular um novo turismo gastronômico, no qual é possibilitado ao turista acompanhar a arrecadação dos produtos orgânicos para a alimentação. Para a chefe de cozinha, Manabí está na direção certa, mas são necessárias mais oficinas para produtores e consumidores⁵⁸.

Conforme depoimento de participante da Organização de Mulheres Santa Marta, na *“propriedade onde vive não se utiliza pesticidas para as formigas, mas em propriedades vizinhas já existe a aplicação de produtos químicos. Como tática de proteção à natureza não fazem mais queimadas, planta árvores e procuram deixar a terra descansar”*⁵⁹, buscando uma mudança na cultura em relação ao meio ambiente ecológico. O governo equatoriano, a partir da implementação da Constituição de 2008, permeada pelo *Buen Vivir*, desenvolve campanhas publicitárias de conscientização ambiental.

Manabí é a terceira província com maior presença de cultivo de produtos orgânicos. Até 2020, a estimativa era de que mais duzentos produtores certificassem seiscentos hectares em cultivo de café, cacau, mandioca e amendoim orgânicos⁶⁰. No entanto, é inevitável também a inserção, de modo incipiente, da metodologia mercadológica do pacote verde na economia manabita, sob o manto do fomento e desenvolvimento agropecuário. Conforme o Ministério da Agricultura y Ganadería

⁵⁷ ESPINOSA, 2019.

⁵⁸ ESPINOSA, 2019.

⁵⁹ Participante OMSM nº 6. No original: *“La propiedad donde vive no usa pesticidas para hormigas, pero en propiedades vecinas ya se están aplicando productos químicos. Como tática para proteger la naturaleza, ya no queman, plantan árboles y tratan de dejar descansar la tierra.”*

⁶⁰ ESPINOSA, 2019.



(MAG), são oferecidos subsídios de pastos tropicais em Manabí. Junto ao pacote tecnológico, oferecem a contratação de um seguro agropecuário, também com subsídios. A subvenção para o adquirente dos pacotes, pelo governo e pelo banco BanEcuador, chega a mais de cinquenta por cento do custo⁶¹.

A introdução desses pacotes tecnológicos para as pessoas que vivem no campo, especialmente as mulheres camponesas, as quais representam a maioria atuante e participante quando o tema versa sobre benefícios que geram renda a baixa contraprestação, em primeiro momento significam uma maior renda. Ter condições econômicas para adquirir ou plantar o alimento em Manabí é essencial, pois a organização familiar gira em torno de auferir renda para poder se alimentar. Os financiamentos propiciados pelo governo equatoriano e pelo *BanEcuador* são tidos como uma solução mágica imediata, e são vistos com bons olhos pelos camponeses e camponesas, pois estes compõem uma população com necessidades caritativas. Entretanto, o interesse estatal e banqueiro é a longo prazo, e vem a favorecer apenas a grande indústria, que detém os monopólios de patente de sementes transgênicas, o banqueiro, que vai resgatar a terra dada em garantia hipotecária, e as empresas químicas, as quais vão auferir seus lucros estrondosos. Já aos camponeses, restará uma superfície de terra sem recursos minerais para o cultivo, um alimento sem sabor e nutrição, dívidas bancárias e a perda de suas propriedades. Ambientalmente, as consequências são o desmatamento local e a poluição com herbicidas, causando o desequilíbrio ecológico na natureza⁶².

Em reunião realizada em janeiro de 2021, promovida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária do Equador, em parceria com o Instituto de Investigações Agropecuárias e o banco BanEcuador, ocorrida nas dependências da Associação Campo Verde, na Comunidade Chimborazo, foram apresentadas as propostas dos pacotes de crédito para a comunidade local⁶³. Os principais pontos suscitados foram a disponibilização de financiamento creditício para o plantio e variedades de sementes genéticas de forrageiras, cacau, milho, camote, arroz, maracujá e, ainda, preparo de silagem para as unidades familiares camponesas. Além disso, tais financiamentos

⁶¹ ECUADOR. Defensoría Pública del Ecuador. *Reseña histórica de la escuela defensorial*. 2021a. Disponível em: https://www.defensoria.gob.ec/?page_id=23266. Acesso em: 04 dez. 2022.

⁶² No Brasil, a experiência com a expansão agrícola nas décadas de 1970 e 1980, por meio da introdução dos pacotes tecnológicos, trouxeram esse resultado. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

⁶³ DIÁRIO DE CAMPO, 2021; ECUADOR. *Sistema de Información Pública Agropecuaria*. 2022. Disponível em: <http://sipa.agricultura.gob.ec/index.php>. Acesso em: 18 dez. 2022.



aportam capacitações e transferência de tecnologia e assistência técnica, seja para análise do solo, captação hídrica, laboratórios e inseminação artificial⁶⁴.

Vale destacar que foi disponibilizado crédito em nome da mulher camponesa. Para elas auferirem crédito rural, documentalmente não é necessário o aval marital, pois podem buscar o crédito de até três mil dólares anuais a serem pagos no prazo de dois anos. O governo e o BanEcuador demonstram preocupação com a sucessão rural em Manabí, pois o crédito rural foi estendido aos jovens, tidos como uma parte importante do núcleo familiar campesino⁶⁵.

No sentido de ampliar os conhecimentos sobre o *Buen Vivir*, entre 2013 e 2017, foi elaborado o “Primeiro Plano Nacional do Bem Viver”, que fortaleceu e abriu o leque à OMSM para trabalhar e desenvolver acordos internacionais na temática ambiental e de desenvolvimento. O Plano Nacional para o Bem Viver tem como objetivo acentuar a promoção da “igualdade, a coesão, a inclusão e a equidade social e territorial, na diversidade”⁶⁶, enfrentando problemas como a pobreza e a desigualdade desde uma perspectiva multidimensional, potencializando a enorme riqueza que o Equador também representa, “a diversidade em suas várias expressões para alcançar a igualdade”. Outro recente acordo de cooperação em matéria ambiental ocorreu em 2018, e consistiu na realização de um convênio de cooperação interinstitucional entre a Direção Provincial de Ambiente de Manabí e a Arquidiocese de Portoviejo (Manabí)⁶⁷.

Para as camponesas integrantes da OMSM, este convênio é um aporte muito importante em suas vidas, pois oferece-lhes autonomia, renda e desenvolve suas capacidades como lideranças no ambiente social. A questão de uma proteção ambiental, para essas mulheres, é relativamente um tema novo em sua cultura, instaurado juridicamente no *Buen Vivir* da Constituição de 2008, no Equador. Este tema, no entanto, não as preocupa muito, pois acreditam que suas práticas ancestrais de cuidado com a *madre tierra* são suficientes para um meio ambiente ecologicamente harmônico. Entretanto, as participantes têm consciência dos perigos que rondam as propriedades, como o emprego de fungicidas e herbicidas nos bananais circundantes às suas

⁶⁴ ECUADOR, 2021a.

⁶⁵ ECUADOR. Ministerio de Agricultura y Ganadería. *Subsidio de pastos tropicales em Manabí*. Folder. Manabí: Gobierno de Ecuador, 2021b.

⁶⁶ Tradução livre. ASOCIACIÓN MANABÍ. *Recopilación histórica de la Organización de Mujeres Santa Marta 1996-2018*. 2018. p. 21. Disponível em: <https://www.asociacionmanabi.org/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

⁶⁷ ASOCIACIÓN MANABÍ, 2018, p. 21.



propriedades. Em termos de políticas públicas, elas almejam trabalho que propicie renda e, conseqüentemente, condições de trabalho dignas no campo, como mencionam as participantes quando questionadas acerca de seus sonhos como mulheres camponesas: *“ter mais que um bom trabalho e seguir com a vida no campo”*⁶⁸; *“ter mais projetos para trabalhar, para que tenha mais igualdade entre homens e mulheres no campo.”*⁶⁹

As camponesas da OMSM estão inseridas no contexto da Carta Constitucional de 2008, que, até o momento, tem a formalização legal, mas pouca materialidade ou implantação dos direitos e acessos para a implementação. Assim, a OMSM, mediante omissões de prestação estatal, busca aportar materialização às necessidades sociais dessas mulheres por outros meios, com apoio externo ao Estado.

CONCLUSÃO

Frente ao desafio lançando de visualizar interlocuções de ações e políticas públicas voltadas ao meio ambiente no contexto das mulheres camponesas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Brasil, Oceano Atlântico) e das mulheres camponesas do litoral da província de Manabí (Equador, Oceano Pacífico), compete pontuar que, tanto o MMC (Brasil), quanto a OMSM (Equador) possuem ações voltadas para a tutela ambiental, assim como executam políticas públicas e projetos nesse sentido, denotando que ambos movimentos atuam de modo muito significativo em suas regiões, impactando e transformando a realidade das famílias, da sociedade e também dos espaços onde vivem.

Como se pode perceber no decorrer do estudo, os movimentos de camponesas no Brasil e no Equador, possuem um potencial emancipatório elevado. Entretanto, no Brasil, isso se torna mais visível mediante à positivação de direitos inscritos em legislação constitucional, infraconstitucional e por meio de políticas públicas materialmente implementadas – todas conquistadas pelas lutas do campesinato feminino, ao longo de muitos anos de reivindicação frente aos diferentes governos. A título de exemplo, tem-se os documentos pessoais de identificação, o benefício da aposentadoria rural, os créditos rurais fomentados por linhas de crédito governamentais.

⁶⁸ DIÁRIO DE CAMPO, 2021; Participante OMSM nº 5. No original: *“tener más que un buen trabajo y seguir con la vida en el campo”*.

⁶⁹ Participante da Organização de Mulheres Santa Marta, nº 4. No original: *“tener más proyectos en los que trabajar, para que haya más igualdad entre hombres y mujeres en el campo.”*



No Equador, entretanto, as camponesas ainda lutam pelo reconhecimento de direitos primários como o acesso à documentação pessoal, desenvolvimento agrícola e renda; tudo, ainda, de forma incipiente – ao contrário dos movimentos das camponesas brasileiras que já passaram por essa fase. Destaca-se, ainda, que as mulheres do campo equatorianas vivem em espaços ecológicos naturais, sem tanta pressão do capitalismo agrícola, dos grandes monocultivos e suas consequências.

Notadamente, mesmo com demandas diferenciadas, é importante destacar que, as mulheres que vivem no campo precisam de políticas públicas que fomentem a geração de renda para serem valoradas, primeiramente por si mesmas, por suas capacidades de desenvolvimento, de modo que isso seja refletido no espelho da sociedade, buscando o reconhecimento. Porém, percebeu-se que nem sempre existir políticas públicas e/ou formas de geração de renda – como os cursos de capacitação oferecidos as mulheres do Equador, garantem o acesso a elas. Existem recortes de gênero e machismo, bem como dificuldades territoriais de deslocamento que impedem e/ou dificultam o acesso. Porém, isso não retira a importância das mesmas.

Dessa forma, existem muitos denominadores comuns nas interfaces entre as mulheres participantes dos dois movimentos estudados, reunidas há mais de vinte anos na forma jurídica associativa. Registram-se, sim, as diferenças culturais, de idioma, renda, política, de colonização, dentre outras. Entretanto, existe em comum, a luta contra o patriarcado e suas diversas facetas, bem como a busca pela liberdade feminina, pela autonomia, pela renda e, em favor do cuidado ambiental.

A respeito de rumos possíveis para a sobrevivência e continuidade desses dois movimentos de mulheres camponesas – brasileiro e equatoriano – a preocupação constante é pautada na participação de novas integrantes. Busca-se estimular, em ambos os países, a produção sustentável orgânica, e que as mulheres tenham cada vez mais acesso a elas, bem como os agrotóxicos e sementes transgênicas sejam limitadas, quiçá banidas, pelo entendimento de que seu efeito é devastador para a vida local e global. Sobretudo, fica o aprendizado em comum perpassado tanto pelo MMC (Brasil) e a OMSM (Equador): elas sonham esse outro mundo possível e, ao mesmo tempo, fazem da “esperança” um verbo. Na prática, realizam transformações em suas vidas e na sociedade.



REFERÊNCIAS

- ASOCIACIÓN MANABÍ. Construção de poços de água e redes de distribuição. In: ASOCIACIÓN MANABÍ. *20 años promoviendo la solidaridad entre los pueblos del mundo*. Memória de actividades. 2016. Disponível em: <https://cdn.website-editor.net/bb0e4e8f50b544e587603f75afe4a030/files/uploaded/Memoria%2520de%2520actividades%25201996-2016-reducida.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.
- ASOCIACIÓN MANABÍ. *Recopilación histórica de la Organización de Mujeres Santa Marta 1996-2018*. 2018. Disponível em: <https://www.asociacionmanabi.org/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível: comer e beber juntos e viver em paz*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. v. III.
- BRASIL. *Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/sociobiodiversidade>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- CADERNO. *História das farmacinhas do litoral norte do RS: espelho das lutas do movimento de mulheres camponesas*. Centro Ecológico: apoio S.H.S.R.E Agriculture Foundation/Canadá, 2017.
- CADERNO. *Potencializando sonhos preservando a vida*. Três Cachoeiras/RS: Gráfica Três Cachoeiras, 2008.
- CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres: resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 86-132.
- DIÁRIO DE CAMPO, 2021. Conforme autorização da pesquisa sob o parecer nº 5.085.931.
- ECUADOR. Defensoría Pública del Ecuador. *Reseña histórica de la escuela defensorial*. 2021a. Disponível em: https://www.defensoria.gob.ec/?page_id=23266. Acesso em: 04 dez. 2022.
- ECUADOR. Ministerio de Agricultura y Ganadería. *Subsidio de pastos tropicales em Manabí*. Folder. Manabí: Gobierno de Ecuador, 2021b.
- ECUADOR. *Nueva Constitución del Ecuador*. Ciudad de Alfaro, Montecristi: Asamblea Nacional República Del Ecuador, 2008.



ECUADOR. *Sistema de Información Pública Agropecuaria*. 2022. Disponível em: <http://sipa.agricultura.gob.ec/index.php>. Acesso em: 18 dez. 2022.

EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*. Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

ESPINOSA, María Victoria. Manabí (Equador) dedica mais área à agricultura biológica. *Rede de Agricultura Sustentável (RAS)*, Manabí, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.agrisustentavel.com/san/agricultura-biologica-manabo.html>. Acesso em: 17 dez. 2022.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. *Associação de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas da região litorânea*. Três Cachoeiras, 2018.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era 'postsocialista'. In: FRASER, Nancy; GAMUNDÍ, María Antonia Carbonero; VALDIVIELSO, Joaquín (Coords.). *Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización*. Palma de Mallorca: Edicions Uib, 2011. p. 217-254.

FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. Prática de lavar roupa no rio. In: FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. *Infancia Plena*. Historias de los niños y las niñas de San Isidro. San Isidro: Gertu Inprimategia/Oñati/Gipuzkoa, 2019.

GEBARA, Ivone. *Filosofia feminista: uma brevíssima introdução*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

GONZÁLEZ, Luis Padilha. Centro de acopio. In: GONZÁLEZ, Luis Padilha. *Pasos de mujer en busca de la libertad y los derechos de las mujeres ecuatorianas*. Recopilación de la experiencia de lucha de la Organización de Mujeres Santa Marta. Manabí: Asociación Manabí, 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

JORNADA da Via Campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos. *La Via Campesina*, 08 mar. 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/-index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>. Acesso em: 23 out. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. *História*. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DA REGIÃO LITORÂNEA. *Mutirão de recuperação das Matas Ciliares*. Álbum de fotografias, 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL – MMC RS. *Resoluções da 6ª Assembleia do MMC – RS*. Passo Fundo: Battistel, 2005.



MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Implantação do projeto de recuperação da mata ciliar com espécies de interesse medicinal: plantando o futuro para as gerações que virão*. Uma experiência do MMTR região Litorânea. Três Cachoeiras, 2003.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Memória de Cálculo*. In: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Projeto firmando passos em defesa da vida*. 2005.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Projeto cuidar da natureza garantir a vida*. 2009. (arquivo MMC Litoral Norte do RS).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Projeto formar para transformar*. n. 134, 2004. (Arquivo MMC Litoral Norte do RS).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS LITORAL NORTE/RS. *Relatório final*. Projeto rede solidária em defesa da vida. 2010/2011. (Arquivo MMC Litoral Norte do RS).

OLIVEIRA, Adalberto de et al. Transição agroecológica: assentamentos Piratuba II e Laudenor de Souza/SP e Primeiro do Sul/MG. In: PALUDO, Conceição; THIES, Vanderlei Franck (Orgs.). *Desenvolvimento do campo em construção: experiências em assentamentos e comunidades camponesas*. São Leopoldo: CEBI, 2010. p. 169-196.

PULEO, Alícia H. *Ecofeminismo: para otro mundo posible*. Valência, Espanha: Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013.

PULEO, Alícia H. Feminismo y Ecología. *El Ecologista*, [S.l.], v. 1, n. 31, p. 1-4, 2002. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_-_ECOS/10/feminismo_y_ecologia.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Sobre*. 2018. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Recebido em: 25 nov. 2024.

Aceito em: 19 out. 2025.